### SUMÁRIO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Abreviaturas</td>
<td>xi</td>
</tr>
<tr>
<td>Prefácio</td>
<td>xxvii</td>
</tr>
<tr>
<td>Apresentação</td>
<td>xxxi</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**CAPÍTULO 1 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL**

1. DAS ORIGENS ............................................. 1
2. O DIREITO PROCESSUAL CIENTÍFICO .................................................. 5
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL NO BRASIL ........................................... 6
   3.1 Ordenações do Reino .................................................. 6
   3.2 Regulamento 737 e Consolidação de Ribas .................................. 6
   3.2.1 Importância do Regulamento 737 ......................................... 7
   3.3 Código de Processo Civil de 1939 ........................................... 9
      3.3.1 Modificações trazidas pelo CPC de 1939 ............................. 10
      3.3.2 Princípio da oralidade no CPC de 1939 ............................... 11
4. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 .............................................. 12

**CAPÍTULO 2 – PROPEDÊUTICA PROCESSUAL E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

1. SOCIEDADE, CONFLITOS E INSATISFAÇÕES ........................................ 17
2. MÉTODOS PRIMITIVOS E MEIOS PROPÍCIOS À SOLUÇÃO DE CONFLITOS ................................................................. 17
3. CONTROLE JURISDICIONAL INDISPENSÁVEL .................................................. 20
4. FUNÇÃO ESTATAL NA BUSCA PELA PACIFICAÇÃO SOCIAL .......................... 21

CAPÍTULO 3 – JURISDIÇÃO ........................................................................ 23

INTRODUÇÃO ................................................................................... 23
1. CONCEITO ................................................................................ 26
2. CARACTERÍSTICAS .................................................................. 29
3. PRINCÍPIOS APICÁVEIS À JURISDIÇÃO .................................. 31
4. PODERES INTRÍNSECOS DA JURISDIÇÃO ................................ 34
5. ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO ........................................................... 35
6. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA ................................ 42
QUADRO ESQUEMÁTICO DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA ...... 44
APÊNDICE
Soberania estatal e novos endereços jurisdicionais ....................... 45
As jurisdições internacionais ......................................................... 54

CAPÍTULO 4 – AÇÃO ............................................................................. 57

1. CONCEITO ................................................................................ 57
2. TEORIAS SOBRE O DIREITO DE AÇÃO ...................................... 57
3. NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO .................................................. 59
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO ................................................................. 61
5. CARÊNCIA DA AÇÃO .................................................................. 64
6. ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA AÇÃO .............................. 65
7. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES NA VISÃO PROCESSUALÍSTICA MODERNA ... 65
   7.1 Segundo o tipo de provimento requerido .................................... 65
   7.2 Segundo o tipo de tutela e seus efeitos na
       Ação de Cognição .................................................................. 66
CAPÍTULO 5 – PROCESSO ................................................................. 71

1. PROCESSO – INSTRUMENTO EFETIVO À AMPLA
   PROTEÇÃO DOS DIREITOS .......................................................... 71

2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO .................. 73
   2.1 O processo como contrato .................................................. 74
   2.2 O processo como quase-contrato ....................................... 74
   2.3 O processo como instituição ............................................. 74
   2.4 O processo como situação jurídica .................................... 75
   2.5 O processo como relação jurídica ...................................... 76

QUADROS ESQUEMÁTICOS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS ... 78

3. EFETIVIDADE DO PROCESSO E SEUS PRINCÍPIOS ................... 80
   3.1 Princípios de Direito Processual Civil ............................... 83

4. PROCESSO E SUA CLASSIFICAÇÃO ........................................... 89

5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS .................................................. 90

6. PROCEDIMENTO ...................................................................... 92
   6.1 Determinação do procedimento ......................................... 92

CAPÍTULO 6 – PROCESSO CIVIL E SEUS PARTICÍPES ................ 95

1. PARTES ..................................................................................... 95
   1.1 Conceito ............................................................................. 95

   1.2 Capacidade de ser parte e capacidade processual
       (art. 7º do CPC) ................................................................. 96
       1.2.1 Capacidade processual dos cônjuges
           (art. 10 do CPC) .......................................................... 97
       1.2.2 Representação das pessoas jurídicas e das
           pessoas formais (art. 12 do CPC) .............................. 100
       1.2.3 Curatela especial (art. 9º do CPC) ............................. 101
       1.2.4 Substituição de partes – “Sucessão processual”
           (arts. 41 a 43 do CPC) ............................................... 102
       1.2.5 Incapacidade processual e a irregularidade da
           representação (art. 13 do CPC) .................................... 103
1.3 Substituição processual (art. 6º do CPC) ....................... 104

2. ADVOGADOS .............................................................. 105
  2.1 Capacidade de postulação ........................................... 105
  2.2 O mandato judicial .................................................. 107
  2.3 Direitos e deveres específicos ..................................... 107

3. LITISCONSÓRCIO (ART. 46 E SEGUINTE DO CPC) ............... 108
  3.1 Conceito ............................................................... 108
  3.2 Classificação .......................................................... 108
  3.3 Litisconsórcio facultativo e seus causuísmos legais
      (art. 46 do CPC) ..................................................... 110
  3.4 Litisconsórcio necessário e a exegese do
      art. 47 do CPC ....................................................... 112
    3.4.1 Litisconsórcio necessário e a eficácia da sentença
           (art. 47, in fine do CPC) ...................................... 113
  3.5 Regime jurídico de cada litisconsorte no processo
      (arts. 48, 191, 350 e 509 do CPC) ................................ 114

4. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .......................................... 115
  4.1 Conceito ............................................................... 115
  4.2 Oposição (arts. 56 a 61 do CPC) .................................. 117
    4.2.1 Conceito .......................................................... 117
    4.2.2 Procedimento (arts. 57 a 61) .................................. 118
  4.3 Nomeação à autoria (arts. 62 a 69 do CPC) ....................... 120
    4.3.1 Conceito .......................................................... 120
    4.3.2 Procedimento (arts. 64 a 68 do CPC) ....................... 120
  4.4 Denunciação à lide (arts. 70 a 76 do CPC) ..................... 123
    4.4.1 Conceito .......................................................... 123
    4.4.2 Hipóteses legais ................................................ 123
    4.4.3 Denunciação da lide e sua obrigatoriedade .......... 125
    4.4.4 Procedimento ..................................................... 126
    4.4.5 Denunciações sucessivas .................................... 128
    4.4.6 Observações pertinentes .................................... 129
  4.5 Chamamento ao processo (arts. 77 a 80 do CPC) .............. 130
CAPÍTULO 7 – COMPETÊNCIA

1. BREVE NOÇÃO E CONCEITUAÇÃO

2. DETERMINAÇÃO LEGISLATIVA DA COMPETÊNCIA

3. CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA

3.1 Competência internacional

3.2 Competência interna

4. AVERIGUAÇÃO DA COMPETÊNCIA (POSSÍVEL ROTEIRO METODOLÓGICO)
CAPÍTULO 8 – ATOS PROCESSUAIS

1. CONCEITO ................................................................. 157
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS ...................... 157
3. FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS .................................. 162
4. PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS ....................... 162
5. O TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS ................. 163
6. PRAZOS .................................................................... 164
   6.1 Introdução ............................................................. 164
   6.2 Classificação ........................................................ 164
     6.2.1 Prazos legais, judiciais e convencionais .............. 164
     6.2.2 Prazos comuns e prazos particulares ............... 165
     6.2.3 Prazos dilatórios e prazos peremptórios .......... 165
     6.2.4 Prazos próprios e prazos impróprios ............... 166
   6.3 Contagem dos prazos ............................................. 166
   6.4 Preclusão ............................................................. 169
7. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ART. 200 E SEGUIDENTES) ... 170
   7.1 Citação ................................................................ 170
     7.1.1 Destinatário da citação inicial ......................... 170
     7.1.2 Impedimento legal de realização da citação .......... 172
     7.1.3 Lugar da citação .............................................. 172
     7.1.4 Tipos da citação .............................................. 172
     7.1.5 Efeitos da citação ............................................ 175
   7.2 Intimação (art. 234 e seguintes) ................................ 177
     7.2.1 Tipos de intimação .......................................... 178
     7.2.2 Supressão da intimação ................................. 178
CAPÍTULO 9 – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO .......... 183

1. FORMAÇÃO DO PROCESSO .......................................................... 183
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO ......................................................... 184
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO ............................................................ 188
   3.1 Noções gerais ................................................................. 188
   3.2 Extinção do processo sem resolução de mérito ..................... 188
   3.3 Extinção do processo com resolução de mérito ................... 193

CAPÍTULO 10 – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E SUAS FASES .......... 197

INTRODUÇÃO ............................................................................. 197
1. FASE POSTULATÓRIA ............................................................... 198
   1.1 Petição inicial ...................................................................... 198
   1.1.1 Requisitos (art. 282 do CPC) ........................................... 198
   1.1.2 Despacho ...................................................................... 200
   1.1.3 Casos de indeferimento da petição inicial ....................... 201
   1.1.4 Extensão do indeferimento ............................................. 201
   1.2 Pedido ............................................................................. 202
   1.2.1 Classificação ................................................................. 202
   1.2.2 Pedido como limitador da atividade jurisdicional ........... 202
   1.2.3 Pedido genérico ............................................................. 203
   1.2.4 Pedido cominatório (art. 287 do CPC) ......................... 204

7.2.3 Privilégio do MP ................................................................. 178
8. NULIDADES ............................................................................ 179
   8.1 Introdução ......................................................................... 179
   8.2 Atos nulos e inexistentes ................................................. 179
   8.3 O CPC e o regramento das nulidades ............................. 180
1.2.5 Pedido alternativo (art. 288 do CPC) .......................... 205
1.2.6 Pedidos sucessivos (art. 289) ................................. 205
1.2.7 Pedido de prestações periódicas (art. 290)................. 205
1.2.8 Cumulação de pedidos (art. 292) ............................ 206
1.2.9 Aditamento ao pedido ........................................ 207
1.3 Tutela antecipada .................................................. 207
  1.3.1 Noções gerais ................................................ 207
  1.3.2 Requisitos para a concessão da tutela antecipada .... 208
1.4 Resposta do réu .................................................... 210
  1.4.1 Noções gerais ................................................ 210
  1.4.2 Classificação das espécies de defesa ...................... 211
  1.4.3 Prazo para a resposta do réu ................................ 212
  1.4.4 Forma ........................................................ 213
1.5 Contestação .......................................................... 213
  1.5.1 Noções gerais ................................................ 213
  1.5.2 Ônus da impugnação especificada ......................... 214
  1.5.3 Conteúdo da contestação ................................... 214
1.6 Exceções ............................................................... 215
  1.6.1 Conceituação e noções gerais .............................. 215
  1.6.2 Prazo e efeito da exceção .................................. 215
  1.6.3 Exceção de incompetência .................................. 216
  1.6.4 Exceções de impedimento e suspeição .................... 217
1.7 Revenção ............................................................... 219
  1.7.1 Conceituação ................................................ 219
  1.7.2 Pressupostos ................................................ 219
  1.7.3 Procedimento ................................................ 222
  1.7.4 Autonomia da reconvenção ................................. 222
1.8 Revelia e reconhecimento do pedido ........................... 223
  1.8.1 Revelia – conceito (art. 319 e seguintes) .................. 223
  1.8.2 Efeitos da revelia em sentido estrito .................... 224
  1.8.3 Efeitos da revelia em sentido amplo ..................... 224
1.8.4 Não incidência dos efeitos da revelia .......... 225
1.8.5 Reconhecimento da procedência do pedido ... 226

2. FASE SANEADORA .......................................... 227
2.1 Providências preliminares ............................. 227
  2.1.1 Breve introdução .................................. 227
  2.1.2 Hipóteses para a incidência ou não das
        providências preliminares ....................... 228
  2.2 Ação declaratória incidental (arts. 5º e 325) .... 228
     2.2.1 Breve introdução ................................ 228
     2.2.2 Conceito ......................................... 229
     2.2.3 Pressupostos de admissibilidade ............... 230
     2.2.4 Prazo ............................................. 230
     2.2.5 Procedimento .................................... 231
     2.2.6 Outras providências preliminares ............. 231

3. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .... 232
  3.1 Breves noções .......................................... 232
  3.2 Extinção do processo (art. 329) ...................... 232
  3.3 Julgamento antecipado da lide (art. 330) ......... 232
  3.4 Audiência preliminar e “despacho saneador” (art. 331) .... 233

4. FASE INSTRUTÓRIA OU PROBATÓRIA ................. 234
  4.1 Conceito ............................................... 234
  4.2 Ônus da prova ......................................... 234
  4.3 Fatos que independem de prova ..................... 235
  4.4 Modalidades de provas ................................ 237
     4.4.1 Depoimento pessoal .............................. 238
     4.4.2 Confissão ........................................ 238
     4.4.3 Exibição de documento ou coisa ................ 239
     4.4.4 Prova documental ................................ 240
     4.4.5 Prova testemunhal ................................ 242
     4.4.6 Prova pericial .................................... 246
     4.4.7 Inspeção judicial ................................. 247
     4.4.8 Prova emprestada ................................ 248
4.5 Audiência de instrução e julgamento ............................... 248
   4.5.1 Conceituação e breves considerações ...................... 248
   4.5.2 Características ........................................... 249
   4.5.3 Atividades preparatórias .................................. 250
   4.5.4 A audiência e suas fases .................................. 251
   4.5.5 Possibilidades de adiamento da audiência (art. 453) .... 253
5. FASE DECISÓRIA - SENTENÇA ...................................... 255
   5.1 Sentença ......................................................... 255
      5.1.1 Conceituação e noções gerais ............................. 255
      5.1.2 Sentenças terminativa e definitiva ...................... 256
      5.1.3 Requisitos da sentença (art. 458 do CPC) ............... 257
      5.1.4 Emendas à sentença (art. 463) ........................... 260
      5.1.5 Classificação das sentenças e seus efeitos .......... 260
      5.1.6 Coisa julgada (arts. 467 a 475) ......................... 264

CAPÍTULO 11 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO ............................. 271
1. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO ............................... 271
2. CAUSAS SUJEITAS AO PROCEDIMENTO SUMÁRIO (ARTS. 275,
   I E II, E LEIS Extravagantes) .................................. 271
3. INDISPONIBILIDADE DO RITO SUMÁRIO ............................. 274
4. ATOS DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO ................................ 274
   4.1 Petição inicial e seu despacho ................................ 274
   4.2 Citação .......................................................... 274
   4.3 Audiência de conciliação ...................................... 275
      4.3.1 Resposta do réu (art. 278 e arts. 300 a 303) ........... 276
      4.3.2 Audiência de instrução e julgamento ................... 277

CAPÍTULO 12 - RECURSOS ................................................. 279
1. RECURSOS ........................................................... 279
1.1 Conceito

1.2 Natureza jurídica do recurso

1.3 Atos sujeitos a recurso

1.4 Princípios gerais dos recursos

1.5 Recurso adesivo

1.6 Requisitos de admissibilidade

1.6.1 Legitimidade

1.6.2 Inexistência de fato impeditivo

1.6.3 Recorribilidade da decisão

1.6.4 Adequação do recurso

1.6.5 Tempestividade

1.6.6 Preparo

1.6.7 Forma e motivação

1.7 Julgamento de admissibilidade

1.8 Efeitos dos recursos

1.9 Extinção anormal do recurso

2. APelação

2.1 Conceito e delimitação

2.2 Interposição

2.3 Prazo

2.4 Efeitos

2.5 Questões novas

2.6 Procedimento

3. AGRAVO

3.1 Conceito e forma

3.2 Legitimidade

3.3 Prazo para interposição

3.4 Efeitos

3.5 Agravo de instrumento

3.5.1 Lugar e forma de interposição

3.5.2 Documentos obrigatórios

3.5.3 Preparo
3.5.4 Procedimento no tribunal ........................................... 298
3.5.5 Agravo para o STF e o STJ ........................................ 299
3.6 Agravo retido .............................................................. 300
  3.6.1 Cabimento ............................................................ 300
  3.6.2 Interposição .......................................................... 301
3.7 Juízo de retratação ......................................................... 301
4. EMBARGOS INFRINGENTES ................................................. 302
  4.1 Delimitação .............................................................. 302
  4.2 Interposição ............................................................. 303
  4.3 Prazo .......................................................... 303
  4.4 Efeitos .......................................................... 304
  4.5 Procedimento .......................................................... 304
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ............................................ 304
  5.1 Delimitação .............................................................. 304
  5.2 Interposição ............................................................. 305
  5.3 Prazo .......................................................... 305
  5.4 Efeitos .......................................................... 306
  5.5 Procedimento .......................................................... 306
6. RECURSO ORDINÁRIO ...................................................... 307
  6.1 Delimitação .............................................................. 307
  6.2 Interposição ............................................................. 308
  6.3 Prazo .......................................................... 308
  6.4 Efeitos .......................................................... 309
  6.5 Procedimento .......................................................... 309
7. RECURSO ESPECIAL ....................................................... 310
  7.1 Delimitação .............................................................. 310
  7.2 Interposição ............................................................. 310
  7.3 Prazo .......................................................... 311
  7.4 Efeitos .......................................................... 312
  7.5 Procedimento .......................................................... 312
8. RECURSO EXTRAORDINÁRIO ............................................. 313
8.1 Delimitação ................................................................. 313
8.2 Interposição ................................................................. 314
8.3 Prazo ............................................................................. 314
8.4 Efeitos ........................................................................... 315
8.5 Procedimento ................................................................. 315

9. RECURSO INOMINADO ......................................................... 316
  9.1 Delimitação ................................................................. 316
  9.2 Interposição ................................................................. 316
  9.3 Prazo ............................................................................. 317
  9.4 Efeitos ........................................................................... 317
  9.5 Procedimento ................................................................. 318

10. AÇÃO RESCISÓRIA ............................................................ 318
  10.1 Conceito ....................................................................... 318
  10.2 Hipóteses de cabimento ..................................................... 319
  10.3 Legitimidade ................................................................. 324
  10.4 Ajuizamento ................................................................. 324
  10.5 Prazo ............................................................................. 325
  10.6 Procedimento ................................................................. 325

BIBLIOGRAFIA ........................................................................ 327
SUMÁRIO

 PREFÁCIO ........................................................................................................ XXV
 APRESENTAÇÃO ............................................................................................... XXIX

 PARTE I
 PROCESSO DE EXECUÇÃO

 CAPÍTULO 1 – JURISDIÇÃO, EFETIVIDADE DO PROCESSO E A SATISFAÇÃO DOS DIREITOS .................................................. 3
 1. INTRODUÇÃO E NOÇÃO CONCEITUAL DE EXECUÇÃO ........................................... 3
 2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO E O PANORAMA DA SATISFAÇÃO DOS DIREITOS: PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA .................................................. 5

 CAPÍTULO 2 – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO “CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO” ................................................................. 15
 1. INTRODUÇÃO ........................................................................................................ 15
 2. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO .................................................................................... 16
    2.1 Princípios gerais do Processo Civil e sua aplicabilidade na atividade jurisdicional executiva .......................................................... 16
    2.2 Princípio da Realidade (patrimonialidade) ......................................................... 17
    2.3 Princípio da Especificidade (exato cumprimento) .............................................. 17

 BDJUR
 http://bdjur.jus.br
2.4 Princípio da utilidade................................................................. 18
2.5 Princípio da menor onerosidade (menor sacrifício do executado) ................................................................. 18
2.6 Princípio do ônus da execução (responsabilidade do devedor) ............................................................................. 19
2.7 Princípio do contraditório ........................................................................... 19

3. PARTES ........................................................................... 21
3.1 Legitimidade Ativa ....................................................................... 21
3.2 Legitimidade Passiva ....................................................................... 24

4. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL ........................................ 29
4.1 Fraude à Execução........................................................................ 34

5. COMPETÊNCIA ........................................................................ 37
5.1 Competência para os Títulos Judiciais (art. 475-P) ............... 37
5.2 Competência para os Títulos Extrajudiciais (art. 576) ....... 40

6. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO ................... 41
6.1 Inadimplemento do Devedor .......................................................... 41
6.2 Título Executivo ........................................................................ 42

7. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 475-A A 475-H) ........... 60
7.1 Noções gerais; necessidade e finalidade ...................................... 60
7.2 Liquidação de Sentença e suas modalidades .............................. 63
7.3 Liquidação por Arbitramento .......................................................... 67
7.4 Liquidação por Artigos ................................................................... 68

8. EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA ................................... 71
8.1 Breves noções ............................................................................... 71
8.2 Execução Provisória ....................................................................... 71
8.3 O caso dos Títulos Executivos Extrajudiciais ............................... 75

CAPÍTULO 3 – O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.............. 79
1. COGNIÇÃO E EXECUÇÃO: ENTRE A DUALIDADE E UNICIDADE PROCESSUAL .................................................... 79
2. **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA JUDICIAL RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER (ART. 461); DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE (ARTS. 466-A A 466-C); DE ENTREGA DE COISA (ART. 461-A)**

2.1 Obrigação de Fazer e Não Fazer

2.1.1 Tutela Específica como corolário das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa

2.1.2 Conteúdos pertinentes à Tutela Específica

2.2 Obrigação de Prestar Declaração de Vontade

2.3 Obrigação de entrega da coisa

3. **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA JUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA (ART. 475-J E SEGS.)**

3.1 Cumprimento voluntário pelo devedor e multa cominatória

3.2 Requerimento do Credor e sua iniciativa

3.3 Nomeação de bens, Intimação da Penhora e Avaliação e a segurança do juízo

3.4 Constituição de Capital na indenização por ato ilícito

3.5 A Impugnação do Executado

3.5.1 Impugnação e seu conteúdo

3.5.2 Efeitos da Impugnação

3.5.3 Impugnação e a natureza da decisão

3.5.4 Impugnação e defesas

Cumprimento da sentença

**CAPÍTULO 4 – PROCESSO DE EXECUÇÃO**

1. **INTRODUÇÃO**

2. **CLASSIFICAÇÃO DAS EXECUÇÕES E MEDIDAS EXECUTIVAS**

3. **EXECUÇÕES EM ESPÉCIE**

3.1 Execução para entrega de coisa certa e incerta (arts. 621 a 631)
3.2 Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer (arts. 632 a 645) .......................................................... 134
3.3 Execução por quantia certa contra devedor solvente (arts. 646 a 724) .................................................. 138
3.3.1 Procedimento ................................................................................................................................. 139

4. MODALIDADES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE ......................... 192
4.1 Execução contra a Fazenda Pública ........................................... 192
4.2 Execução de Prestação Alimentícia........................................... 196
4.3 Execução Fiscal ................................................................................................................................. 202

5. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE .. 209
5.1 Breves considerações .......................................................................................................................... 209
5.2 Insolvência requerida pelo credor ................................................. 212
5.3 Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio ......... 213
5.4 A Declaração Judicial de Insolvência ........................................... 214
5.5 Verificação e Classificação dos créditos ...................................................... 215
5.6 Pagamento aos Credores e Saldo Devedor...................................... 216
5.7 Extinção das Obrigações ............................................................................................................... 217

PROCESSO DE EXECUÇÃO (LIVRO II) – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE .......... 222

CAPÍTULO 5 – EMBARGOS DO EXECUTADO ........................................ 225
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .............................................................................................................. 225
2. NATUREZA JURÍDICA ......................................................................................................................... 225
3. DO PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS ...................................................................................... 227
3.1 Legitimidade para embargar ...................................................................................................... 227
3.2 A segurança do juízo – desnecessidade .................................................................................... 227
3.3 Distribuição dos embargos e sua autuação ............................................................................... 228
3.4 Prazo para embargar ............................................. 229
3.5 Rejeição liminar dos Embargos ................................................................................................. 232
3.6 Dos efeitos ................................................................................................................................. 235
4. DOS EMBARGOS PARCIAIS ....................................................................................................... 237
5. **EMBARGOS DE UM DOS CO-EXECUTADOS (OU SUBJETIVAMENTE RESTRITOS)** .......................................................... 237
6. **DAS MATÉRIAS QUE PODEM SER VEICULADAS NOS EMBARGOS** ........... 239
7. **CONTRADITÓRIO E REVELIA NO PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DO EXECUTADO** .................................................. 244
8. **EMBARGOS DO EXECUTADO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIOS E RESISTÊNCIA À EXECUÇÃO** .................................................. 248
9. **QUESTÕES INCIDENTALS COM REFLEXOS NO ATO DE EMBARGAR** ........... 249
10. **EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO, ALIENAÇÃO OU ARREMATAÇÃO** ........... 251
11. **OUTROS MEIOS DE DEFESA. A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ...** 253
    11.1 Noções gerais ........................................................................... 253
    11.2 Origem do instituto ..................................................................... 254
    11.3 Natureza prática do instituto ..................................................... 256

**CAPÍTULO 6 – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES** .......................................................... 259
1. **SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO** ........................................ 259
2. **EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO** ........................................ 261

**PARTE II
PROCESSO CAUTELAR**

**CAPÍTULO 7 – TEORIA GERAL DO PROCESSO CAUTELAR** .......................................................... 265
1. **NOÇÕES GERAIS** ........................................................................... 265
2. **MEDIDAS CAUTELARES E SUA CLASSIFICAÇÃO (ART. 798 DO CPC)**...... 267
   2.1 Requisitos necessários à concessão da medida cautelar.............. 269
   2.2 Legitimidade das partes (arts. 797 e 801 do CPC)......................... 270
   2.3 Competência no Processo Cautelar (art. 800 do CPC)................. 271
   2.4 Poder geral de cautela do juiz (arts. 798 e 799 do CPC).... 271
3. PROCEDIMENTO-GERAL OU COMUM DO PROCESSO CAUTELAR
       (ARTS. 801 A 803 DO CPC) ....................................................... 273
   3.1 Introdução ........................................................................ 273
   3.2 Aplicação ......................................................................... 274
   3.3 Procedimento ................................................................... 274
   3.4 Sentença e coisa julgada no Processo Cautelar (art. 810
do CPC) ..................................................................................... 276
   3.5 Modificação e cessação da medida cautelar (arts. 805,
   807 e 808 do CPC) ................................................................... 277
   3.6 Responsabilidade Civil do requerente ................................. 280
   3.7 Quadro esquemático – Processo Cautelar (Procedimento-
   Geral ou Comum – arts. 801 a 803) .......................................... 282

CAPÍTULO 8 – PROCEDIMENTOS CAUTELARES
       ESPECÍFICOS ........................................................................... 283

   1. INTRODUÇÃO .................................................................... 283
   2. ARRESTO (ARTS. 813 A 821 DO CPC) .............................. 284
      2.1 Conceito ....................................................................... 284
      2.2 Distinções ..................................................................... 284
      2.3 Requisitos ..................................................................... 285
      2.4 Procedimento .................................................................. 286
   3. SEQÜESTRO (ARTS. 822 A 825 DO CPC) ........................ 287
      3.1 Conceito ....................................................................... 287
      3.2 Distinções ..................................................................... 287
      3.3 Cabimento ..................................................................... 287
      3.4 Procedimento .................................................................. 288
   4. CAUÇÃO (ARTS. 826 A 838 DO CPC) ................................. 288
      4.1 Conceito ....................................................................... 288
      4.2 Espécies ........................................................................ 288
      4.3 Procedimento .................................................................. 289
   5. BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 839 A 843 DO CPC) ........ 290
      5.1 Conceito ....................................................................... 290
5.2 Distinções ............................................................... 291
5.3 Procedimento .......................................................... 291

6. EXIBIÇÃO (ARTS. 844 E 845 DO CPC) ......................... 292
   6.1 Conceito ........................................................... 292
   6.2 Distinções .......................................................... 292
   6.3 Cabimento ........................................................... 293
   6.4 Procedimento .......................................................... 294

7. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS (ARTS. 846 A 851 DO CPC) .... 294
   7.1 Conceito ........................................................... 294
   7.2 Cabimento ........................................................... 295
   7.3 Procedimento .......................................................... 295

8. ALIMENTOS PROVISIONAIS (ARTS. 852 A 854 DO CPC) ............ 296
   8.1 Conceito ........................................................... 296
   8.2 Distinções .......................................................... 296
   8.3 Cabimento ........................................................... 297
   8.4 Procedimento .......................................................... 298

9. ARROLAMENTO DE BENS (ARTS. 855 A 860 DO CPC) ............ 298
   9.1 Conceito ........................................................... 298
   9.2 Distinções .......................................................... 299
   9.3 Procedimento .......................................................... 299

10. JUSTIFICAÇÃO (ARTS. 861 A 866 DO CPC) ..................... 300
    10.1 Conceito .......................................................... 300
    10.2 Distinções .......................................................... 301
    10.3 Procedimento .......................................................... 301

11. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES (ARTS. 867 A 873 DO CPC) .................................................. 302
    11.1 Conceito .......................................................... 302
    11.2 Distinções .......................................................... 303
    11.3 Procedimento .......................................................... 303

12. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL (ARTS. 874 A 876 DO CPC) ... 304
    12.1 Conceito .......................................................... 304
PARTE III
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 9 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

1. INTRODUÇÃO

2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

2.1 Ação de consignação em pagamento
  2.1.1 Noções gerais
  2.1.2 Hipóteses autorizadas da consignação
  2.1.3 Objeto da consignação em pagamento
  2.1.4 Modalidades de consignação
  2.1.5 Procedimentos da consignação
  2.1.6 Observações pertinentes à consignação em pagamento
2.2 Ação de depósito

2.2.1 Noções gerais

2.2.2 Procedimento

2.2.3 Sentença e satisfação do direito

2.3 Ação de anulação e substituição de títulos ao portador

2.4 Ação de prestação de contas

2.4.1 Noções Gerais

2.4.2 Ação de exigir contas

2.4.3 Ação de dar contas

2.4.4 Natureza dúplice da ação de prestação de contas

2.5 Ações possessórias

2.5.1 Proteção possessória

2.5.2 Fungibilidade das ações possessórias

2.5.3 Natureza dúplice das ações possessórias

2.5.4 Procedimento das possessórias

2.5.5 Outros aspectos das ações possessórias

2.6 Ação de nunciação de obra nova

2.6.1 Introdução

2.6.2 Legitimidade para ação de nunciação de obra nova

2.6.3 Outros aspectos da ação de nunciação de obra nova

2.7 Ação de usucapião de terras particulares

2.7.1 Breves noções

2.7.2 Procedimentos da ação de usucapião de terras particulares

2.7.3 Outros aspectos da ação de usucapião

2.8 Ação de divisão e da demarcação de terras particulares

2.8.1 Introdução

2.8.2 Procedimento da ação demarcatória

2.8.3 Procedimento da ação divisória

2.9 Inventário e partilha

2.10 Embargos de terceiros